



## ESPERANÇA NO SEMIÁRIDO: A TRANSFORMAÇÃO DA RENDA DOS PRODUTORES RURAIS AGROECOLÓGICOS DO TERRITÓRIO DO ARARIPE/PE

*HOPE IN THE SEMIARID: THE TRANSFORMATION OF THE INCOME OF AGROECOLOGICAL RURAL PRODUCERS IN THE TERRITORY OF ARARIPE/PE*

DOI: <https://doi.org/10.24979/ambiente.v16i1.1044>

Edir Vilmar Henig - Universidade Federal de Minas Gerais (<http://lattes.cnpq.br/2167121967421375>)

**Resumo:** A agricultura familiar tem assumido protagonismo na construção de uma sociedade mais justa, mesmo com constante ataques do agronegócio conservador que busca manter sua hegemonia no campo. Neste sentido, a agroecologia tem ganho destaque como alternativa produtiva de baixo custo e que possibilita a formação de renda para os trabalhadores rurais da agricultura familiar. Em consonância, o Estado, que é ocupado historicamente pela burguesia, principalmente no Poder Legislativo, não tem interesses em mudar a realidade no campo mantendo a hegemonia de pequenos grupos econômicos. Sendo assim, este trabalho, tem por objetivo debater as contribuições e limitações que a agroecologia enfrenta no contexto do desenvolvimento local gerada pela contradição capital x trabalho. Foram utilizados referencial bibliográfico para garantir sustentação teórica e dados estatísticos oficiais como fontes secundárias que embasaram a interpretação da realidade. Como justificativa é apontada a urgência em construir alternativas de desenvolvimento local que rompa com a lógica imposta pelo agronegócio e que produza políticas públicas que possibilitem o fortalecimento da atividade agroecológica na formação de renda.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar. Agroecologia. Desenvolvimento Local. Políticas Públicas. Renda.

**Abstract:** Family farming has assumed a leading role in the construction of a fairer society, despite constant attacks from conservative agribusiness, which seeks to maintain its hegemony in the countryside. Accordingly, the State, which is historically occupied by elites, mainly in the Legislative Power, has no interest in changing the reality in the field. Therefore, this work aims to discuss the contributions and limitations that family farming faces in the context of local development. Theoretical framework and official statistical data were used as an investigative methodology. This debate is justified due to the urgency to build development alternatives that break with the logic imposed by agribusiness, producing public policies that enable the strengthening of the activity.

**Keywords:** Family farming. Local Development. Public policy. State.

## INTRODUÇÃO

A agricultura familiar foi inserida no cenário político nacional na década de 1990, devido à necessidade de se valorizar a produção de alimentos. Na contextualização desta perspectiva de desenvolvimento rural, a agricultura familiar, além de promover e fortalecer o emprego e a renda dos trabalhadores envolvidos na atividade, tem papel importante no desenvolvimento econômico nas regiões onde são realizadas.

O reconhecimento da atividade está pautado, principalmente, na manutenção do emprego e renda, além de garantir a soberania alimentar do país. Em suas variações de modelo de produção, pode contribuir com a preservação do meio ambiente, estabelecendo uma relação de respeito e de responsabilidade com a natureza, como é o caso da agroecologia. A agricultura familiar não é uma categoria produtiva homogênea, ou seja, dentro desta categorização há uma gama de tipos de organizações produtivas, que podem ser extremamente capitalistas ou alternativas e contra hegemônicas.

Economicamente atrativa pela capacidade de oferecer aos mercados locais e regionais alimentos de qualidade superior aos produzidos pelas empresas capitalistas do agronegócio ou por agricultores familiares que produzem orientados pelo mercado, a renda das famílias agricultoras sofreu alterações positivas através da adoção de técnicas de produção agroecológicas.

Entretanto, a agroecologia só é possível mediante uma política de reforma agrária que seja efetiva e forte, para distribuir terras e garantir o acesso aos recursos necessários para que os agricultores tenham condições para trabalhar a terra. No contexto do semiárido nordestino, as tecnologias sociais agroecológicas se apresentam como alternativas de produção, muito embora dependam de formulação de novas políticas públicas e do interesse do Estado em desburocratizar o acesso às políticas já existentes. Para as famílias que residem nesta região, a presença do Estado é fundamental para sua fixação e permanência em suas propriedades.

Os dados apresentados neste trabalho servem como base na justificativa da pesquisa empírica e do porquê da escolha do Território do Sertão do Araripe. Esta eleição se deu pela necessidade de apresentar à

academia esta região, que tem possibilidades ímpares de ser investigada, e apresentar os resultados obtidos na adoção da agroecologia como modelo produtivo da região de produção. Esta região oferece desempenho relevante e tem importância social e econômica para o Estado de Pernambuco.

Assim, este trabalho se justifica pela necessidade em se estudar as possibilidades que a agroecologia oferece como alternativa da permanência dos pequenos produtores no campo, inibindo o êxodo rural e o fortalecimento da economia local, destacando a promoção do trabalho, renda e o fornecimento de alimentos de qualidade à população do Território do Araripe, além de minimizar as desigualdades sociais decorrentes da exploração capitalista no campo através do agronegócio.

Desse modo, o objetivo deste trabalho é apontar como a agroecologia beneficia desenvolvimento econômico e social local promovendo renda aos trabalhadores que se utilizam desta forma de produção. Neste sentido, tivemos a curiosidade e questionamos como os agricultores passaram a utilizar a agroecologia como modelo produtivo e de que forma tomaram conhecimento desta forma de produção sustentável. Para isso, foram escolhidas de forma aleatória 56 (cinquenta e seis) famílias e a partir disto criamos o perfil dos agrupamentos familiares.

### **AGROECOLOGIA: ALTERNATIVA PRODUTIVA CONTRA HEGEMÔNICA**

A agroecologia caracteriza-se pela forte relação entre recursos naturais, trabalho e produtores. Cada família que opta pela agroecologia é detentora da terra, dos instrumentos de trabalho e de um conjunto de técnicas tradicionais para a produção de alimentos. A força de trabalho empregada é composta pelos próprios membros da família.

Altieri (2012, p. 15) aponta que “A Agroecologia fornece as bases científicas, metodológicas e técnicas para uma nova revolução agrária não só no Brasil, mas no mundo inteiro”. Sendo assim, é possível compreender a agroecologia é um modo de produção como métodos e técnicas científicas, se caracteriza pela transversalidade das ciências, associado ainda, com as experiências produtivas dos povos tradicionais, saberes populares

para suprir as necessidades de subsistência dos camponeses sem perspectivas mercadológicas.

Santos e Glass (2018, p. 52) ressaltam que a luta pela reforma agrária e pela efetividade da Constituição Federal de 1988, que exige que a função social da terra seja atendida em sua plenitude, a busca pela garantia dos direitos políticos, sociais, ambientais e territoriais dos povos tradicionais, oposição permanente contra utilização de agrotóxicos e pela vida, resistência à transgenia, além da mobilização em torno da soberania alimentar e nutricional, além da implementação de políticas públicas em favor da agroecologia fazem parte da agenda agroecológica brasileira.

Para que haja um pleno desenvolvimento da agroecologia no Brasil é necessário que as políticas de reforma agrária se apresentem de forma eficiente, que os grandes conglomerados agroindustriais sejam contestados e destituídos como modelo predominante. A reforma agrária é condição *sine qua non* para que a produção agroecológica se popularize e que passe de alternativa para modelo hegemônico de produção.

A convergência de lutas tem contribuído para o diálogo mais amplo entre diversos sujeitos sociais interessados em propor uma alternativa produtiva que garantam a saúde coletiva, soberania e segurança alimentar e nutricional, economia solidária, feminismo, justiça ambiental, direito à cidade, entre outros interesses comuns. Porém, há limites! Segundo Altieri (2012, p. 17)

(...) É preciso reconhecer que um dos principais entraves para a difusão da Agroecologia é que os poderosos interesses econômicos e institucionais continuam respaldando as pesquisas e o desenvolvimento agroindustrial, enquanto que a pesquisa e o desenvolvimento da Agroecologia e dos enfoques sustentáveis têm sido ignorados ou mesmo condenados ao esquecimento na maioria dos países.

Shiva (2015), destaca que os empreendimentos científicos atuais constroem uma imunidade que bloqueia as avaliações sociais, amparados pela criação de instituições políticas que garantem a hegemonia do modelo conservador de produção, por isso é necessário que a academia se aproprie da pesquisa de tecnologia sociais e que ofereçam alternativas sustentáveis para a produção agrícola, se desvencilhando das amarras feita pela

indústria do agronegócio.

Caracterizada pela capacidade de reprodução de bens agrícolas e não agrícolas a agricultura familiar é responsável pela produção da cesta básica dos trabalhadores brasileiros. Segundo o Censo de 2017, a agricultura familiar ainda produz 70% do feijão nacional, 34% do arroz, 87% da mandioca, 46% do milho, 38% do café e 21% do trigo. O setor também é responsável por 60% da produção de leite e por 59% do rebanho suíno, 50% das aves e 30% dos bovinos (IBGE, 2017).

Corroborando com a discussão a *Food and Agricultural Organization* (FAO, 2018) cerca de 80% da produção mundial de alimentos provem da agricultura familiar, respondendo por 85% das terras cultivadas ocupadas da Ásia, 83% das Américas do Norte e Central, 68% do continente Europeu, 62% da África e 18% da América do Sul. Ressalta-se ainda, que no Brasil mais de 80% das explorações agrícolas são do tipo familiar, cenário que permite afirmar, que o país se destaque como a 8ª maior produtora de alimentos no mundo (SEAD, 2018).

O Censo Agropecuário de 2017, levantamento feito em mais de 5 milhões de propriedades rurais de todo o Brasil, aponta que 77% dos estabelecimentos agrícolas do país foram classificados como da agricultura familiar. Em extensão de área, a agricultura familiar ocupava no período da pesquisa 80,9 milhões de hectares, o que representa 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros.

A agroecologia ao contrário da agricultura familiar convencional, tem por objetivo a produção de alimentos para a própria família, sem focar diretamente no mercado. Para a venda da produção excedente são formadas feiras agroecológicas com a finalidade de levar alimentos saudáveis à comunidade. Diante destes fatos é incontestável a relevância da agricultura familiar para o cenário social e econômico brasileiro, sendo a mesma responsável por grande parte das riquezas geradas no meio rural brasileiro e pela segurança alimentar dos brasileiros.

É responsável por parcela significativa do rebanho e pela produção de alimentos essenciais para alimentação dos brasileiros (ORTEGA & SÓ, 2006). Mas não menos importante é a agroecologia, uma vez

que esta só é possível na configuração familiar de agricultura, que privilegia a produção com o menor impacto ambiental possível, resguardando os recursos naturais e produzindo de forma eficiente e sustentável.

Na perspectiva da agroecologia, de acordo com o Mapa das Feiras Orgânicas do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC, 2021), há no país 846 feira orgânicas ou agroecológicas, 50 comércios e 74 grupos de consumo responsável. Em 2017 o número apresentado pelo IDEC era de 741 feiras agroecológicas, apresentando uma expansão no consumo e na oferta de produtos agroecológicos. Segundo dados disponibilizados pelo Censo do IBGE (2017), no Brasil há cerca de 3,2 milhões de estabelecimentos que declararam não utilizar agrotóxicos, o que equivale a 64% desta categoria produtiva. Enquanto apenas 68 mil estabelecimentos declararam fazer agricultura orgânica. É um movimento contra hegemônico que tem se fortalecido para barrar os avanços do agronegócio, uma vez que este utiliza o discurso científico para se legitimar.

Embora utilizado e reconhecido hoje com o termo agricultura familiar, esta nomenclatura é nova, datada da década de 1990, antes conhecida como agricultura de subsistência, e nesta nova fase, a atividade passa a ter visibilidade no cenário econômico e político brasileiro.

A agricultura familiar conta, atualmente, com cerca de 10,1 milhões de trabalhadores dependendo da atividade para garantir a sobrevivência, o equivalente a 67% do total de mão de obra ocupada no campo. Destacando a importância da atividade para a manutenção do trabalho e da renda. Outro ponto em ressalva é que a agricultura familiar corresponde a base econômica de aproximadamente 90% dos municípios brasileiros com até 20 mil habitantes. Além disso, é responsável pela renda de 40% da população economicamente ativa do País (IBGE, 2017).

Muito embora a agroecologia só seja reconhecida apenas em 2012, como o Decreto nº 7.794 que institui a Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (BRASIL, 2012), com o objetivo de integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutoras da transição agroecológica e da produção orgânica e de base agroecológica, contribuindo para o desenvolvimento

sustentável e a qualidade de vida da população, por meio do uso sustentável dos recursos naturais e da oferta e consumo de alimentos saudáveis.

As trajetórias possíveis de transformação social no meio rural são múltiplas, e a escolha de permanecer no campo, necessariamente, passa pelo imperativo da presença do Estado em investimentos na produção. Fato este que tem se mostrado cada vez mais ineficiente, ou seja, a agricultura familiar agroecológica possui políticas públicas burocratizadas que impedem o acesso dos trabalhadores, estão sucateadas pela falta de interesse do Estado em promover este modelo produtivo com forte pressão do agronegócio conservador, o que compromete diretamente que políticas públicas de financiamento, garantia de venda, assistência técnica sejam efetivadas.

Há uma lógica capitalista de concentração de terras no ambiente rural que dificulta que os agricultores se fixem em suas propriedades, forçando que estes migrem para as cidades, formando um contingente de trabalhadores aptos a indústria ou mesmo na venda de sua mão de obra aos grandes latifundiários. As políticas públicas agrárias refletem diretamente no desenvolvimento das cidades e, principalmente, na industrialização. Lefebvre (2002, p. 17) ressalta que “(...) a produção agrícola se converte num setor da produção industrial, subordinada aos seus imperativos, submetida às suas exigências”.

Criar alternativas para fixar estas pessoas no campo significa diminuir a migração às zonas urbanas, que, atraídos pela ilusão de melhores salários e mudança no padrão de vida, os agricultores se vêm impulsionados a buscar uma outra perspectiva de vida e de trabalho, o que ocasiona o acúmulo populacional nos centros urbanos, que geram maiores índices de criminalidade, miséria, e desigualdade social, bem como a descaracterização cultural. Em caso especial a agroecologia ainda tem o compromisso de oferecer alimentação de qualidade para as pessoas.

## **REALIDADE AGROECOLÓGICA DO TERRITÓRIO DO SERTÃO DO ARARIPE**

A convivência com o semiárido utiliza a agroecologia como alternativa produtiva sustentável no sertão associadas a outras tecnologias sociais que

possam garantir emprego e renda e destas a permanência dos agricultores neste território, sendo que um dos principais efeitos da degradação ambiental nesta região é a desertificação. Neste sentido, Marx (2010, p. 81) destaca que “o trabalhador nada pode criar sem a natureza, sem o *mundo exterior sensível (...)*”, expressando que a natureza é o meio necessário para produção, sem ela nada existe, nem mesmo o trabalho humano, o que torna imperativo um novo pensar sobre a ecologia e sobre a utilização dos recursos ambientais. A agroecologia, portanto, se apresenta como filosofia produtiva contra hegemônica e anticapitalista, sendo que na perspectiva do Semiárido nordestino é corroborativa no processo de mitigação e preservação à desertificação nesta área.

O sertão brasileiro é a região mais pobre do país, e esta vulnerabilidade social potencializa a degradação do meio ambiente, conforme já foi discutido anteriormente neste trabalho. A pobreza é manifestada de forma mais intensa no semiárido pelo fato de não haver incentivos políticos para o desenvolvimento do território e o desinteresse privado na aplicação de recursos financeiros na região. Historicamente, este espaço foi utilizado de currais eleitorais pelas elites políticas locais que por interesses particulares condicionavam a população a necessidades extremas a fim de obterem vantagens eleitorais em eleições. Segundo, IBGE (2015) no Nordeste, a distância média dos pobres em relação ao parâmetro da linha de pobreza é de 28,6%. A média nacional, por sua vez, é de 10,7%, o que torna a região a mais necessitada de investimentos públicos.

O recorte espacial que escolhemos para discutir as questões sociais e ambientais do semiárido é o Território do Sertão do Araripe, que abrange uma área de 11.547,95 km<sup>2</sup> e é composto por 10 municípios<sup>1</sup>. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2015), a população total do território é de 307.658 habitantes, dos quais 142.520 vivem na área rural, o que corresponde a 46,32% do total. Possui 25.908 agricultores familiares, 423 famílias assentadas. A região tem o IDH médio em 2015 de 0,620 enquanto no mesmo período o IDH brasileiro é de 0,754.

A população urbana é de 54% enquanto 46% residem na zona rural, sendo que os níveis brasileiros são de apenas 16% e a urbana 84%, demonstrando a

clara ligação destas comunidades com a terra e a dependência de suas rendas desta.

A mão de obra empregada na agricultura é expressiva, com 83.444 postos de trabalho, o que não impede que estes trabalhadores possam vender sua força de trabalho na cidade, configurando assim a forma de pluriatividade. O que pode causar a discrepância nos dados do IBGE, mas que de forma efetiva demonstram que a pequena agricultura desempenha um papel importante no desenvolvimento econômico da região.

A agroecologia é uma prática de produção de alimentos relativamente nova. Segundo Brandenburg (2002, p. 4), “a década de (19)90 foi decisiva para o crescimento da produção ecológica e desta forma caracterizadora de um período de expansão e de afirmação dessa modalidade de exploração agrícola”. É devido as suas especificidades que este tipo de produção exige tempo para a adesão das famílias, porque, para além de uma forma produtiva, é um “tipo” de filosofia que rompe com o saber científico.

[...] trata-se de uma orientação cujas pretensões e contribuições vão mais além de aspectos meramente tecnológicos ou agrônômicos e da produção agropecuária, incorporando dimensões mais amplas e complexas que incluem tantas variáveis econômicas, sociais e ecológicas, como variáveis culturais, políticas e éticas (CAPORAL; COSTABEBER, 2002, p.14).

Quando os agricultores do Sertão do Araripe foram questionados sobre a alteração que a agroecológica trouxe no ambiente produtivo de cada família, as respostas foram variadas, mas categóricas. A ampla maioria salientou que a produção agroecológica além de reduzir os custos de produção (pois não utiliza insumos comprados), proporciona um agregado de valor para a venda por produzir alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos.

Para os agricultores que responderam negativamente e/ou que não souberam informar, pode se perceber que são agricultores que há muito utilizam formas de produção muito próximas da agroecologia, com o conhecimento adquirido pela tradição familiar e que viram na agroecologia uma forma de potencializar a venda de seus produtos excedentes, agregando mais valor. Como destaca a agricultora M. C. G. (2016),

É bom que a gente não vai comprar nos supermercados. É bom porque não tem agrotóxico,

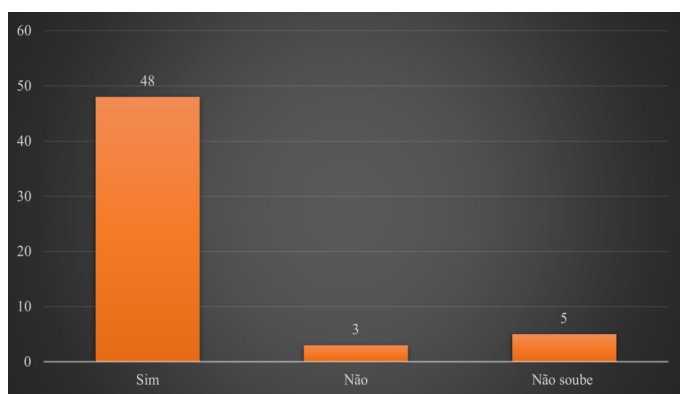
1 Segue os municípios e suas respectivas populações em 2015 de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Araripina (82.800), Granito (7.308), Ipubi (29.721), Ouricuri (67.676), Trindade (29.519), Bodocó (37.317), Exu (31.928), Moreilândia (11.242), Santa Cruz (14.857) e Santa Filomena (14.172).

que é veneno, que a gente sempre não tinha condição de compra mesmo. Aí tem aqui mesmo de casa. A gente “pranta” e colhe mesmo assim pra casa.

A agroecologia tendo tido a adesão dos agricultores empobrecidos do semiárido pois oferece um baixo custo de produção, além de representar um nicho de mercado. E por não contar com recursos financeiros e serem agricultores com renda baixa, criaram mecanismos de produção econômica, fugindo do mercado de agrotóxicos pelo alto custo destes. Os agricultores familiares do Território do Sertão do Araripe contam com um tamanho médio de 10 hectares.

A pesquisa de campo junto aos trabalhadores rurais que optaram pela agroecologia como filosofia de vida e alternativa produtiva, apontam que a renda familiar teve considerável melhora, conforme o Gráfico 1.

**Gráfico 1:** Percepção das famílias sobre a melhora da renda através da agroecologia.



**Fonte:** Pesquisa de campo (2020).

A renda das 56 (cinquenta e seis) é formada pela venda do excedente produtivo em feiras direcionadas ou não para a agroecologia, também pela venda direta ao consumidor final. Algumas destas famílias, 11 (onze) ao todo, recebem benefícios do Estado, tal qual o Bolsa família e/ou aposentadorias. A pluriatividade, também está presente na formação da renda familiar dos trabalhadores agroecológicos, corrobora na formação da renda de 16 (dezesseis) famílias.

A renda familiar é bem diversificada, variando conforme os núcleos familiares. Mas mesmo as que possuem renda mais baixa conseguem ter uma reprodução social que garante boas condições econômicas e sociais, amparadas pela produção agroecológica, sendo estes os primeiros consumidores dos produtos originários da produção.

Para a agricultora J. C. P. (2016) o beneficiamento dos produtos e a variedade dos mesmos são o fator fundamental para a melhoria da renda.

Eu acho importante beneficiar os produtos, porque beneficiar tanto acumula valores como ele dura mais. Isso dá mais dinheiro. Outra coisa é a variedade de coisa que a gente tem e podemos vender ovo, galinha capoeira, cabra, fruta, verdura, isso ajuda muito a gente viver bem.

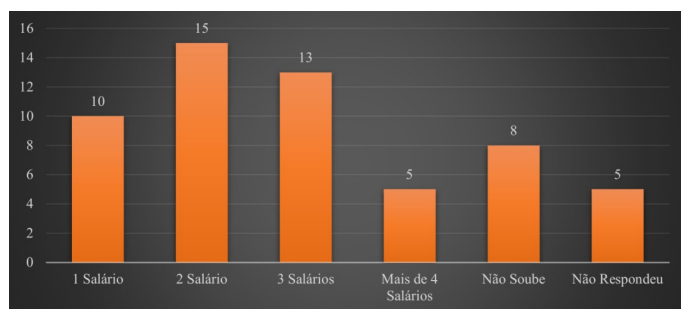
A procura por parte dos consumidores por produtos saudáveis é uma variável que deve ser levada em consideração na formação da renda dos agricultores agroecológicos, uma vez que o consumo potencializa a rotatividade da economia local e favorece a formação da renda familiar. Teixeira *et. al.* (2009, p. 162) ressalta que “A agricultura agroecológica tem-se destacado como uma das alternativas de renda para os pequenos agricultores devido à crescente busca por parte da população por alimentação mais saudável”. Esta afirmação é sustentada na pesquisa de conforme demonstram os dados coletados em campo e apresentado no Gráfico 2.

Um fator que contribuiu para a elevação da renda foram os cursos de capacitação realizados por diversas entidades que acreditam no potencial econômico, social e ambiental da agroecologia. As oficinas são realizadas pelos próprios agricultores.

Eu comecei a beneficiar por curiosidade minha mesmo, mas com o tempo foram aparecendo um curso por aqui, por ali, e eu fui participando. Você sabe que quando eu vou assim... Assim que me convidam para dar uma oficina, nossa! Eu vou feliz. Chego lá, tem doze, quinze pessoas sempre é por aí. Aí eu tô explicando e o pessoal dá muita atenção, e eu fico muito feliz, porque eles dão a maior atenção. Ninguém sabe tudo. Eles aprendem comigo, mas eu aprendo bastante com eles (M. L. P., 2018).

Os cursos e oficinas de capacitação estão presentes nos discursos de todas as famílias entrevistadas, mesmo que algumas não indiquem a agroecologia como a única fonte de renda da família.

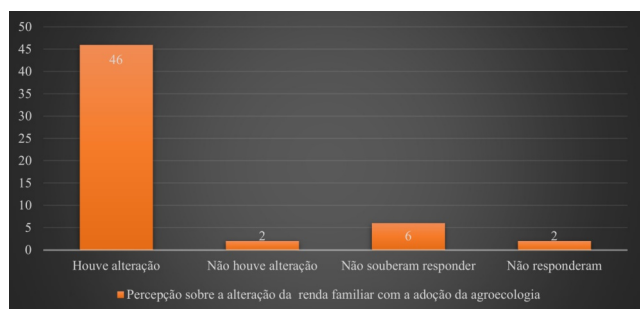
Uma característica importante a se levar em consideração quanto a formação da renda familiar e o caráter pluriativo destas rendas, ou seja, grande parte das famílias utilizam a venda de sua força de trabalho para complementar o orçamento doméstico. Das 56 (cinquenta e seis) famílias pesquisadas, 18 (dezoito) utilizam a venda da força de trabalho para complementar a renda.

**Gráfico 2:** Renda das famílias dos agricultores do Território do Sertão do Araripe<sup>2</sup>.

Fonte: Pesquisa de campo (2020).

Neste sentido, podemos afirmar tal qual estabelece Schneider (2003, p. 102) que a pluriatividade “refere-se à combinação de uma ou mais formas de renda ou inserção profissional dos membros de uma mesma família”.

A agroecologia proporciona aos agricultores valor agregado na produção para venda, pois oferecem produtos de maior qualidade aos consumidores, livres de transgenia, agrotóxicos, e permite a utilização sustentável dos recursos naturais. Como salientam Barbosa *et. al.* (2011, p. 604), “a percepção de que alimentos orgânicos e qualidade ambiental estão relacionados tende a aumentar, à medida em que se elevam a idade, a escolaridade e a renda da população”.

**Gráfico 3:** Percepção sobre a alteração da renda familiar a partir da inserção da produção agroecológica no Território do Sertão do Araripe.

Fonte: Pesquisa de campo.

De um total de 56 (cinquenta e seis) famílias, para a maioria destas, a inserção da produção agroecológica alterou diretamente na renda através das diferentes formas de venda da produção e através da economia proporcionada pela utilização de adubos orgânicos e do consumo da própria produção. Muito embora, 8 (oito) dos entrevistados não conseguiram definir se este modelo favoreceu a economia doméstica, informalmente arguidos, salientaram que a família passou a consumir produtos e serviços que

antes não tinham acesso.

A produção agroecológica do Território do Sertão do Araripe é vendida principalmente em feiras temáticas que privilegiam produtos agroecológicos, em geral organizadas pelas ONGs (CAATINGA<sup>3</sup> e SABIA<sup>4</sup>) e pelos movimentos sociais (MST, Movimento das Mulheres Camponesas), Sindicato de Trabalhadores Rurais ou até mesmo pelos trabalhadores. As feiras são feitas em espaços públicos devidamente autorizados pelas Prefeituras e de fácil acesso à população.

Nós somos uma família de cinco pessoas, a gente vive da agricultura familiar. Há oito anos que nós optamos pela agroecologia. Antes de ter a feira agroecológica, nós já vendia na feira livre. Ai foi através de encontros, de incentivos da CAATINGA, do sindicato, da Prefeitura de Bodocó (PE), ai quer dizer, convidou a gente porque achou que a gente tinha capacidade para participar da feira agroecológica. Para mim foi uma diferença muito grande, mudou 100% porque é um ambiente bom, tem a barraca da gente, antes o pessoal não sabia o que era feira agroecológica, o que é o produto orgânico, as pessoas estão se conscientizando através da feira. (M. L., 2018)

A agricultora M. L. salienta a importância das entidades públicas, organizações sociais e ONGs no processo de comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar agroecológica. O incentivo é fator primordial para que a agroecologia se firme como atividade produtiva capaz de trazer alternativas frente ao agronegócio.

O repasse também acontece de forma direta, ou seja, o produtor vende diretamente ao consumidor final. Este modo de venda algumas vezes é prejudicado pois as propriedades estão nas zonas rurais, e os consumidores não têm como fazer a logística para a aquisição destes produtos.

[...] O mecanismo da venda direta permite garantia de renda ao agricultor eliminando o atravessador e o estabelecimento de relações de confiança e oferecendo maior rastreabilidade ao produto. A ligação agricultor-consumidor. Os incentivos governamentais locais no transporte da produção e na concessão do ponto de venda privilegiado são fatores importantes no sucesso e perenidade [...]. (SIVIERO *et. al.* 2008, p. 13-14).

Entretanto, alguns produtores também comercializam para comerciantes locais, que utilizam seus mercados e comércios nas cidades para promover a produção agroecológica e o desenvolvimento local através da produção agrícola.

2 Salário mínimo em vigor em 2020, época da coleta de dados era de R\$ 1.045,00.

3 <https://caatinga.org.br/>

4 <https://centrosabia.org.br/>

Esta modalidade de venda exige uma maior constância na produção e um número elevado de produtos. Neste agregado de produtos, destacam-se também os produtos beneficiados artesanalmente, como doces, compotas, queijos, entre outros.

Em relação aos supermercados, eles representam um importante espaço de venda de produtos de base agroecológica no município. Diante disso, tenderiam a ser um meio para os agricultores familiares comercializarem seus produtos. (FINATTO e CORREA, 2010, p. 102).

A parceria com as ONGs facilita também o acesso dos agricultores a políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) (BRASIL, 2003) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (BRASIL, 2009), que devido ao volume maior da produção associada, formam convênios com o Estado e com as Prefeituras com a finalidade de fornecer alimentos escolas, creches, hospitais, asilos, etc.

A gente conta com o apoio das ONGs para facilitar a venda dos nossos produtos. Eles ajudam a gente nos papéis para a gente vende os produtos para a Prefeitura pelo PAA. Este programa ajuda muito a gente a ter um dinheirinho a mais do que a gente consegue vender nas feiras. (J. C. P., 2018)

Para além destas políticas públicas, os agricultores ainda contam com acesso ao Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que tem por finalidade o financiamento da produção dos pequenos produtores. Criado em 1995, o PRONAF tem como seu marco legal o Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, assinado pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso.

A proposta do programa é o fortalecimento da agricultura familiar (PRONAF) que antes voltada para a subsistência, o que tem por objetivo geral para além de fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar, também procura dinamizar a atividade e, por meio de toda essa cadeia produtiva, contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais, o que possibilita a melhora na qualidade de vida das famílias agricultoras. (HENIG e SANTOS, 2016, p. 264)

O PRONAF possui uma linha de crédito específica para a produção agroecológica, e nesta perspectiva, favorece os agricultores que se utilizam deste modelo para sua reprodução econômica e social. Porém, nem todos os agricultores se utilizam destes créditos, uns por insegurança, outros porque devido as terras serem oriundas da reforma agrária e

ainda não terem a documentação não podem oferecê-las como garantia.

Para tentar minimizar esses problemas e incentivar a transição para um modelo agrícola mais sustentável, foram criadas, a partir de 2003, novas linhas de crédito de investimento como o Pronaf Agroecologia, Pronaf Floresta, Pronaf Semi-árido e Pronaf Eco. O Pronaf Agroecologia tem por objetivo financiar a implantação e manutenção de sistemas agroecológicos de produção, conforme normas estabelecidas pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e sistemas orgânicos de produção, conforme normas estabelecidas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). (SAMBUICHI e OLIVEIRA, 2011, p. 2).

Outras variações também são oferecidas mediante o Pronaf (BRASIL, 1996) como é o caso do Pronaf Floresta, que tem por objetivo financiar projetos de reservas legais, áreas de preservação, áreas extrativistas ecologicamente corretas, entre outros casos que envolvem preservação florestal. Já o Pronaf Semiárido financia projetos que tenham como base a convivência com o semiárido, focados na sustentabilidade e infraestrutura hídrica. Há ainda o Pronaf Eco que investe em tecnologias aplicadas a energia renovável, tecnologias sociais ambientalmente sustentáveis, entre outros casos.

Apesar destes incentivos para a produção agroecológica, a atividade ainda é desprestigiada como toda a pequena propriedade familiar no Brasil. O Estado privilegia o agronegócio e os grandes produtores porque além de uma bancada congressista grande e formada, a sociedade tem a ilusão de que o agronegócio é que alimenta a população brasileira, gerando emprego e renda, ao contrário, é um modelo capitalista tão concentrador, excludente quanto qualquer outro.

Segundo esta perspectiva analítica, os produtores necessitam de políticas públicas que fomentem a inovação tecnológica, ou formas de reprodução de tecnologias sociais que se apliquem a suas realidades, como é o caso de cisternas, para a captação de águas das chuvas, tração animal e tratores de pequeno porte para o preparo do solo, semeadoras agroecológicas, entre tantas outras boas ideias e práticas possíveis, mas que carecem de recursos, estes tão escassos para o pequeno produtor no Brasil.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Território do Sertão do Araripe localizado no semiárido brasileiro foi historicamente castigado pela ação humana e causas climáticas adversas, transformando esta região em uma das mais pobres do país. Mas que apesar disso, tem demonstrado através do esforço das comunidades locais possibilidades de recuperação ambiental e emancipação econômico-social.

Os objetivos desta pesquisa estavam pautados na apreciação da contribuição da agroecologia é identificar o benefício da agroecologia na promoção do desenvolvimento econômico e social da região. Neste sentido, também procuramos indagar como os agricultores passaram a utilizar a agroecologia como modelo produtivo e de que forma tomaram conhecimento desta forma de produção sustentável.

A agroecologia é eleita para o enfrentamento ao agronegócio e os males que são oriundos destes. E apesar da escassez de recursos, se tornam eficazes e eficientes para o desenvolvimento do modelo produtivo sustentável, com a produção de alimentos saudáveis. As famílias estudadas no nosso trabalho garantem o sustento da casa e da propriedade com os recursos retirados na produção. São poucos os casos que utilizam políticas públicas de distribuição de renda – Bolsa Família ou aposentadorias - como principal fonte de renda.

No caso das famílias que optaram pela agroecologia há mais tempo, a renda familiar já se encontra estabelecida, com pontos de venda já estipulados, quando não na própria propriedade. Os produtos oferecidos são os mais diversos, pois este é um dos pontos principais da agroecologia, a diversificação da produção, uma vez que é pensando na alimentação da família em primeiro lugar e apenas o excedente é vendido nas ecofeiras, feiras agroecológicas ou na propriedade mesmo.

Através da nossa pesquisa, podemos afirmar que o desenvolvimento da economia é reforçado quando as famílias agricultoras que optam por aderir a agroecologia. Pelos resultados encontrados visualizamos que a renda familiar cresceu após a agroecologia se tornar o modelo produtivo, e isto interfere diretamente no consumo fazendo com que a economia das localidades também tenha crescimento.

A pesquisa nos mostrou que a eleição da agroecologia como modelo produtivo é crescente entre os trabalhadores do Sertão do Araripe, por oferecer melhores condições produtivas, alimentos saudáveis, economia na produção devido ao baixo custo de produção, pois a mesma não utiliza insumos químicos, além de oferecer retorno na venda de excedentes produtivos, fomentado pelas associações, ONGs e Sindicatos que criaram feiras e pontos de venda de produtos agroecológicos.

Infelizmente, mediante a situação política brasileira, a grandiosa investida neoliberal destes tempos e o poder político das bancadas congressistas conservadoras não se podem esperar muito. Passamos por uma avassaladora destruição dos historicamente conquistados mediante ferrenha luta dos movimentos sociais e da população como um todo.

## BIBLIOGRAFIA

ALTIERI, Miguel. Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável. 3º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

BARBOSA, Silmara de Carvalho; MATTEUCCI, Magda Beatriz de Almeida; LEANDRO, Wilson Mozena; LEITE, Anderson Fernandes; CAVALCANTE, Érika Lidia Silva; ALMEIDA, Gustavo Queiroz Evangelista de. Perfil de consumidores e oscilações de preços de produtos agroecológicos. Pesquisa Agropecuária Tropical, v. 41, n. 4, Goiania: out./dez. 2011. p. 602-609.

BRANDENBURG, Alfio. Movimento agroecológico: trajetória, contradições e perspectivas. Desenvolvimento e Meio ambiente. n. 6. Curitiba: Editora UFPR. 2002. p. 11-28.

BRASIL. DECRETO Nº 1.946, DE 28 DE JUNHO DE 1996. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d1946.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%201.946%2C%20DE%2028%20DE%20JUNHO%20E%201996&text=Cria%20o%20Programa%20Nacional%20de,atribui%C3%A7%C3%A3o%20que%20lhe%20confere%20art.](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d1946.htm#:~:text=DECRETO%20N%C2%BA%201.946%2C%20DE%2028%20DE%20JUNHO%20E%201996&text=Cria%20o%20Programa%20Nacional%20de,atribui%C3%A7%C3%A3o%20que%20lhe%20confere%20art.)

\_\_\_\_\_. Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.696.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.696.htm)

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.947, de 16/6/2009. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/111947.htm)

\_\_\_\_\_. DECRETO Nº 7.794, DE 20 DE AGOSTO DE 2012. Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/decreto/d7794.htm)

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. Agroecologia: enfoque científico e estratégico. IN.: Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. V. 3, nº. 2. Porto Alegre: abril/junho, 2002.

FAO. Food and Agricultural Organization. El trabajo de la FAO en la Agricultura Familiar: Prepararse para el Decenio Internacional de Agricultura Familiar (2019- 2028) para alcanzar los ODS. Nova York, Estados Unidos: FAO, 2018. Disponível em: < <http://www.fao.org/3/ca1465es/CA1465ES.pdf>>. Acesso em: 10 set.2018.

FINATTO, Roberto Antônio; CORRÊA, Walquiria Kruger. Desafios e perspectivas para a comercialização de produtos de base agroecológica - O caso do município de Pelotas/RS. Revista Brasileira de Agroecologia, Porto Alegre, 2010.

HENIG, Edir Vilmar; SANTOS, Irenilda Ângela dos. Políticas públicas, agricultura familiar e cidadania no Brasil: o caso do PRONAF. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 6, n. 1. Brasília – DF, 2016. p. 255-269.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2015. Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) Acesso em: fev. 2020.

\_\_\_\_\_. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Agropecuário 2017.

Disponível em: [www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br) Acesso em: fev. 2020.

IDEC – Instituto de Defesa do Consumidor, 2021. Disponível em: <https://idec.org.br/materia/voce-sabe-onde-estao-os-agrotoxicos>. Acesso em: fev. 2020.

LEFEBVRE, Henri. A Revolução Urbana. Trad. Sérgio Martins. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

MARX, Karl. Manuscritos Econômicos e Filosóficos.

Trad. Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

ORTEGA, A. C.; SÓ, L. L. S. Gasto público, descentralização e política de desenvolvimento territorial: experiências municipais no Brasil. Um estudo de caso do Pronaf em Orizona e Davinópolis em Goiás-Brasil. Uberlândia: Imprensa Universitária/Gráfica da UFU, 2006.

SANTOS, M.; GLASS, V. Altas do agronegócio: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2018.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa; OLIVEIRA, Michel Angelo Constantino. Análise das linhas de crédito do PRONAF para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar. VII Congresso Brasileiro de Agroecologia. Fortaleza/CE, 2011.

SCHNEIDER, Sérgio. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. IN. Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 51, v. 18. São Paulo – SP, 2003. p.. 99 -121.

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. Agricultura familiar do Brasil é 8ª maior produtora de alimentos do mundo. 2018. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/agricultura-familiar-do-brasil-%C3%A9-8%C2%AA-maiorprodutora-de-alimentos-do-mundo>. Acesso em: 10 set. 2018.

SHIVA, Vandana. A violência da Revolução Verde: Agricultura, Ecologia e Política do Terceiro Mundo. Lisboa: Mahatma Edições, 2015.

SIVERIO, Amauri; ABREU, Lucimar Santiago; MENDES, Roberval; GOMES, Francisco Carlos Rocha. O consumo de produtos agroecológicos no Acre. In.: XLVI Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural. Acre: 2008.

TEXEIRA, Sandro S.; MACHADO, Antônio L. T.; REIS, Ângelo V. dos; OLDONI, André. Caracterização da produção agroecológica do Sul do Rio Grande do Sul e sua relação com a mecanização agrícola. Engenharia Agrícola v.29, n.1, p.162-171, jan./mar. 2009

Convite para as seguintes leituras que poderão

contribuir para a análise

Francelino, A. et al. (2009)- desenvolvimento territorial e agroecologia. Editora expressão popular. ....

Caso não possua essa obra, parte dela está acessível em <https://1library.org/article/territ%C3%B3rio-desenvolvimento-e-agroecologia.zg891g8y>

E nessa parte as palavras territorialização, desterritorialização são explicadas. E penso que se encaixam muito bem ao propósito do seu trabalho. Considere adotar esses termos e outros ao longo desse capítulo no seu trabalho. Acredito que dará mais força para representar as importantes questões colocadas.

...Agroecology as a science, a movement and a practice. A review Disponível em: <https://hal.archives-ouvertes.fr/file/index/docid/886499/filename/hal-00886499.pdf> ...

Esse é um outro artigo com o qual você poderia dialogar na sua discussão.

Análise da Relação Entre Produção Agroecológica, Resiliência e Reprodução Social da Agricultura Familiar no Sertão do Araripe1 <https://www.scielo.br/j/resr/a/63L9jY355G4jQwFLDZD9Y5t/?format=pdf&lang=pt>

Confira também o link abaixo

[http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno\\_territorial\\_081\\_Sert%C3%83%C2%A3o%20do%20Araripe%20-%20PE.pdf](http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_081_Sert%C3%83%C2%A3o%20do%20Araripe%20-%20PE.pdf)